



Universidades Lusíada

Ferreira, Dinah dos Reis

Ética e associativismo profissional

<http://hdl.handle.net/11067/4080>

Metadados

Data de Publicação	1999
Resumo	Falar de ética, de moral, ou de deontologia e, para muitos, a mesma coisa, pois utilizam estes vocábulos como sinónimos. Existe, porem, alguma diferença entre estes conceitos. Vale a pena pensarmos um pouco na sua etimologia....
Palavras Chave	Serviço social - Aspectos morais e éticos, Assistentes sociais - Ética profissional
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 19 (1999)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-27T21:32:24Z com informação proveniente do Repositório

ÉTICA E ASSOCIATIVISMO PROFISSIONAL ¹

*Dinah Ferreira **

Falar de ética, de moral, ou de deontologia é, para muitos, a mesma coisa, pois utilizam estes vocábulos como sinónimos. Existe, porém, alguma diferença entre estes conceitos. Vale a pena pensarmos um pouco na sua etimologia.

O vocábulo ÉTICA tem raiz grega, mas enquanto uns o fazem derivar de éthos (costume) outros, como Heidegger, preferem fazê-lo derivar de Ênthos (morada habitual, toca e, figuradamente, maneira de ser). Cícero (no Séc. I a.C.) traduziu ética como ciência da moral. Ética é, porém, para muitos, um conceito mais abrangente do que o conceito de Moral, sendo significativo o título que Paul Ricoeur deu ao artigo que escreveu para a *Encyclopaedia Universalis*: “Avant la loi morale: l'éthique”. Assim, “a ética é princípio de julgamento das práticas de um sujeito, quer este seja individual ou colectivo” (Badiou, 1993:5).

No que respeita ao vocábulo MORAL, tem raiz latina em mores (costumes) e é conceptualmente bastante complexo e rico de sentidos, sendo os mais comumente utilizados, os três seguintes:

1) a MORAL como realidade moral ligada ao agir livre do sujeito confrontado com a norma que o rege (não há “coisas” boas ou más moralmente, apenas o comportamento humano relativo a elas o pode ser); reside aqui o fundamento da diferença entre pessoa e coisa;

2) a MORAL como conjunto de normas de conduta, quer em geral, quer aquelas que são reconhecidas por determinado grupo humano (a moral “burguesa”, a moral dos Gregos, etc.), ou propostas por determinado autor, corrente ou religião (a moral de Kant, a moral estóica, a moral

¹ Comunicação apresentada ao Seminário *Deontologia e Estatuto Profissional dos Assistentes Sociais*, organizado pela APSS, Lisboa, 2 de Março de 1998.

* Assistente Social, Mestre em Sociologia, docente no ISSS, membro da Direcção do CPIHTS.

cristã, etc.);

3) a MORAL enquanto disciplina filosófica, que não se limita a ser “uma ciência dos costumes”, conforme o positivismo sociológico de Durkheim, nem uma “lógica do discurso moral” puramente descritiva, como a vê o neopositivismo, mas sim normativa: trata do dever-ser e não apenas do ser; ou seja, estuda o bem e o mal na ordem do agir.

Quanto à DEONTOLOGIA, o vocábulo deriva do grego deón (o que deve ser; o que deve fazer-se). É, pois, uma teoria dos deveres. O termo foi introduzido, no segundo quartel do séc. XIX, em *Deontology or the science of morality*, obra póstuma de Jeremias Bentham que, como sabemos, é tido como o patriarca do utilitarismo. Ordinariamente o termo deontologia aplica-se a uma determinada classe de deveres, próprios de uma situação social, sobretudo profissional: deontologia médica, deontologia jurídica, deontologia do Serviço Social. Por vezes o adjetivo “deontológico” recebe o sentido do que “deve ser”, por oposição ao adjetivo “ontológico” que se refere ao que “é”. Os juízos deontológicos são juízos éticos que têm a ver com obrigações morais (“não se deve faltar à palavra”) e não com juízos aretaicos, que são juízos sobre a virtude das pessoas e acções.

Assiste-se actualmente a um regresso às preocupações éticas, que tenderão, certamente, a aumentar, dados os desafios quotidianos do progresso científico e técnico e as questões de carácter humano e social que lhes subjazem e que vão exigindo, nas palavras de Alain Badiou (1993:5), uma certa “regulação do nosso comentário sobre as situações históricas (ética dos direitos do homem), as situações técnico-científicas (ética do ser vivo, bio-ética), as situações sociais (ética do ser-em-conjunto), as situações mediáticas (ética da comunicação), etc. Esta exigência de comentário, de tomada de posição ética sobre as situações, tem sido como que endossada às instituições e acaba por se revestir da autoridade destas, quer sejam o próprio Estado, com as Comissões Nacionais de Ética, ou com expedições militares em nome da “ética dos Direitos do Homem”, quer sejam as profissões, todas elas se interrogando sobre a ética.

Detenhamo-nos um pouco nas profissões, dado que se trata de um dos vectores, certamente o mais importante para nós, pois foi ele que nos congregou, a todos, neste Seminário.

O conceito de *profissão* está intimamente ligado às profissões liberais, do vocábulo inglês *profession*, que os franceses traduzem por *profession*, embora em português igualmente seja utilizado para designar a ocupação assalariada, o “ofício”, que corresponde ao *métier* francês e ao termo inglês *craft*.

Historicamente, tanto as profissões como os ofícios, com o sentido que acabámos de expor, têm origem comum nas *corporações* da Idade Média, época em que se distinguiam os que tinham *direito ao corpo*, ou seja, aqueles que podiam fazer parte de uma corporação reconhecida,

daqueles que não tinham esse direito, como os trabalhadores braçais, os jornalheiros.

Tanto as artes liberais como as mecânicas, tanto os artistas como os artesãos, todos os que produziam obra, quer intelectual quer manualmente, tinham direito a organizar-se em corporações, as quais garantiam a autorização de exercer uma “arte”, ou “ofício”, e de defender o seu monopólio e os seus privilégios no interesse do “bem comum”.

Os rituais de admissão nas corporações, para “professar” uma arte, incluíam uma “profissão de fé” através da qual os artífices se comprometiam a cumprir as regras, a guardar os segredos e a honrar e respeitar os “jurados”, que eram controladores eleitos e reconhecidos pelo poder real. O termo *profissão* deriva desta “profissão de fé”. Com o desenvolvimento das Universidades, as artes liberais e as artes mecânicas começaram a dissociar-se, levando à oposição entre as “sete artes liberais” que passaram a ser ensinadas nas Universidades e “cujas produções pertenciam mais ao espírito que à mão” (*Grande Enciclopédia*, citada por Dubar, 1991: 134) e que passaram a ser preferentemente designadas por *profissões*, e os *ofícios*, ligados às artes mecânicas, “onde as mãos trabalhavam mais que a cabeça” (J.-J. Rousseau, citado por Dubar, 1991: 134) e que iniciaram então um processo irreversível de desvalorização social.

Quanto às primeiras, as profissões liberais, longe de desaparecerem, conheceram, com o capitalismo, grande desenvolvimento, nomeadamente as profissões cuja origem se poderá ir buscar às preocupações sociais, como o Serviço Social, quer estas preocupações sejam devidas a aspectos mais altruístas e solidários, quer a aspectos mais ligados a interesses individualistas de conservação de uma paz social a todo o custo.

Temos, pois, que as profissões são realidades sócio-históricas e a profissão de Assistente Social não é uma excepção. É até bastante interessante e extremamente útil para o próprio exercício profissional e para a compreensão da cultura profissional no Serviço Social português, conhecer a história da profissão e as características que os Assistentes Sociais devem ao seu posicionamento na estrutura social.

Como realidades históricas que são, as profissões dificilmente apresentam raízes de sentido único e, se bem que a sua institucionalização se possa atribuir, concretamente e num dado contexto histórico, a uma qualquer entidade ou grupo social, com razões estratégicas imediatas mais ou menos evidentes, a sua génese terá de ser procurada no evoluir das sociedades, nos complexos dinamismos das relações sociais, no desenvolvimento das ideias, na emergência das ideologias. É neste quadro que se poderá entender a pertinência da tese de Alcina Martins (1995) sobre a génese do Serviço Social português, arrancando-o da exclusiva e tradicional raiz doutrinária ligada à Igreja Católica, que lhe tem sido atribuída por variados autores e abrindo um veio laicista e socialista na sua génese, ligado ao ideário republicano de assistência pública e de solidarismo.

Este eixo, como fundamento da profissão, não estará, inclusive, muito afastado, temporalmente, da prática e da cultura profissionais do Serviço Social português. Serão prova disso não só o facto de o corpo profissional, aparentemente, não ter sido afectado de forma negativa pelas convulsões que, ao nível dos serviços públicos e privados, atravessaram o período pós 25 de Abril de 1974, mas também a experiência sindical organizativa dos Assistentes Sociais nos anos que precederam 1974, ao estabelecer laços de solidariedade com a luta de outros trabalhadores e ao promover um grande movimento participativo nos debates internos da profissão, os quais congregaram, pela primeira vez na história do Serviço Social em Portugal, o interesse e a participação massiva dos Assistentes Sociais de todo o País. Estes sinais, de facto, parecem apontar no sentido da presença de uma cultura solidária e muito pouco corporativista, com bastante visibilidade nos anos 70, no seio do Serviço Social português.

É que a cultura profissional não se constrói a partir das intenções e estratégias dos instituidores formais da profissão, quaisquer que sejam essas entidades e os seus contextos mas, antes de mais, a partir da vivência dos seus agentes, quer entre si, na criação dos seus signos e ritos, quer na sua inter-relação com a sociedade global, no conjunto dos sentidos, significados, imagens, representações as mais diversas, que outros e eles próprios atribuem às suas acções, numa multiplicidade de dinâmicas, de valores e de concepções culturais presentes em cada um deles, enquanto sujeitos históricos que são.

Nesta construção da cultura profissional têm também um papel estruturante as Escolas, contribuindo, entre muitos outros aspectos, para o aparecimento do modelo cultural ligado à associação ou à dissociação entre ciência e profissão, traço que constitui, também, indicador importante do movimento interno das profissões.

É bom lembrar, e não quero deixar passar esta oportunidade sem o fazer, que este ano de 1998 marca uma data histórica no Serviço Social: faz 100 anos a criação do primeiro curso de Serviço Social. Mary Ellen Richmond (1861-1928)—que, com Jane Addams (1860-1935) constituem duas das mais destacadas personalidades pioneiras do Serviço Social—sugeriu, na Conferência Americana em Toronto em 1897, a criação de um curso para preparar pessoal para os trabalhos sociais e essa ideia concretizou-se precisamente em 1898 com a organização de um Curso de Verão que, depois, se transformaria na primeira escola de Serviço Social em Nova York, patrocinada pela Columbia University, a qual, no entanto, só viria a ser incorporada nesta Universidade em 1940.

É oportuno dizer que estas duas referências pessoais no Serviço Social constituíam, já, duas formas distintas de trabalhar a pobreza e as questões sociais, sendo que Jane Addams, tida como reformadora e socialmente mais avançada, foi a criadora, em 1889, das *Hull House*, uma

espécie de Centros Sociais, sendo altamente crítica do trabalho preconizado por Mary Richmond, a cujos seguidores chamava de “visitadores”, por oposição aos seus “residentes” das Hull Houses. Por sua vez, Mary Richmond, criticava o trabalho destes últimos, escrevendo: “A perfeição do método caritativo contrasta com as atitudes dos reformadores, que querem fazer tudo rapidamente e ao mesmo tempo” (citado por Vieira, 1984:65).

De resto, esta reflexão, que nos remete para a diversidade e para o conflito de interesses dentro das profissões, é característica de uma abordagem na linha do interaccionismo simbólico o qual considera, ao contrário das abordagens funcionalistas, que as profissões não se configuram como blocos homogêneos, com todos os seus membros partilhando, da mesma forma, identidades, interesses e valores, como se estes resultassem apenas de processos unilaterais de socialização sofridos nas respectivas escolas.

Existem, pois, várias abordagens para o estudo das profissões, mas, sem sombra de dúvida, o que poderemos considerar e afirmar é que somos uma profissão com história e com um estatuto social e profissional invejável no seio das profissões ligadas ao social e somos, ainda, detentores de um título profissional, do que nem todas as ocupações que aspiram ao estatuto de profissão se podem orgulhar, título que é necessário honrar e defender.

Nesta linha vale a pena falar de uma dimensão do perfil do Assistente Social que remete para o falso problema da dicotomia intelectual/técnico. Esta visão dicotómica de cariz positivista, e que faz uma separação quase absoluta entre aqueles que pensam e aqueles que executam, acredito ter sido ultrapassada no seio do Serviço Social. A prática profissional do Assistente Social sempre lhe exigiu uma formação altamente qualificada, que lhe permitisse, simultaneamente, compreender os fenómenos sociais e os problemas que afectam os indivíduos, os grupos e a sociedade em geral e, do mesmo passo, gizar estratégias e modelos de intervenção capazes de enfrentar esses problemas. Essa necessidade de desempenho em dois planos nunca causou aos Assistentes Sociais qualquer desconforto quanto às acções desenvolvidas directamente no terreno, quer com indivíduos ou pequenos grupos, quer em trabalho com comunidades.

Persiste, no entanto, na realidade portuguesa, a autodenominação dos Assistentes Sociais como técnicos, em detrimento do uso do seu título profissional, o que tem as suas raízes sócio-históricas na luta por um estatuto no seio da Função Pública em Portugal, no início da década de 70, aquando da criação das chamadas carreiras técnicas, numa altura em que a reivindicação do reconhecimento como técnico era altamente importante no seio do Serviço Social, nomeadamente em termos salariais. Esta autodenominação que, de certa maneira, terá contribuído para a construção de uma eventual representação social dos Assistentes Sociais como pessoal exclusivamente técnico e, portanto, ligado apenas a funções de execução, tem contribuído, também, para consolidar essa auto e hetero imagem e, lamentavelmente, não deixará, por certo,

de perdurar ainda por algum tempo. Esperemos que não muito.

Neste longo percurso, o perfil sócio-económico e o universo cultural dos alunos (e, porque não dizer, também dos professores e, conseqüentemente, dos profissionais), tem sofrido um empobrecimento; e embora a ausência de estudos mais antigos não nos permita fazer comparações fiáveis, é possível constatar, através da observação directa da realidade histórica e de uma pesquisa de 1994 (Ferreira, 1994) que, por exemplo, 30% dos grupos domésticos de origem dos licenciados em 1990 pelo ISSSL eram provenientes da categoria sócio-profissional de *operários industriais e assalariados agrícolas*; que 24% eram *trabalhadores independentes e agricultores* e que apenas 9% provinham de *quadros intermédios, técnicos e científicos*.

Ainda com base no mesmo estudo, verificamos que 64% dos pais desses profissionais licenciados em 1990 não tinham mais do que a instrução primária e que apenas 7% apresentavam um grau de instrução de nível superior, baixando este para 3% no caso das mães. Aliás, o empobrecimento sócio-económico e cultural do conjunto da população escolar, cujas causas se poderão ir buscar, entre outros factores, à democratização do ensino superior, é certamente comum a toda a Academia, mas repercute-se, obviamente, no mercado de trabalho.

No caso do Serviço Social português esse abaixamento do universo cultural dos alunos é, no entanto, concomitante à exigência de maior qualificação intelectual e cultural derivada da própria necessidade de consolidação do grau académico, o que não deixa de constituir uma contradição, aliás também apontada por Paulo Netto (1996:110) para a realidade brasileira.

Ainda no que respeita à questão do perfil profissional, a sua pretensa articulação com o mundo do trabalho, de uma forma extremamente forte, é um debate bastante delicado. Se é certo que uma relação positiva com o mercado de trabalho é condição para uma inserção profissional rápida e não traumatizante para os novos profissionais, não é menos verdade que poderá correr-se o risco de a formação se ligar directa e exclusivamente às necessidades empíricas daquele, sempre pontuais, transitórias, imediatistas, com todos os inconvenientes que isso acarretará, nomeadamente no que respeita à descaracterização profissional, se se deixar de equacionar, globalmente, a problemática da formação.

Aqui se colocarão também os aspectos ligados ao que actualmente em Portugal se vem chamando de especialização mas que, em minha opinião, apenas configura uma formação atomizada, inconsequente, altamente redutora e descaracterizante da profissão. A necessidade de formação direccionada a alguns problemas específicos da nossa realidade social não pode ser ignorada mas deve ser adquirida, no que respeita à formação inicial, através dos espaços pedagógicos dos seminários temáticos e de cadeiras de opção, devendo todos eles apresentar formas organizativas de grande flexibilidade, consolidando-se também a grande responsabilidade

na formação permanente dos Assistentes Sociais, por parte das Escolas e, porque não dizê-lo, da própria Associação e de outras instituições ligadas ao Serviço Social.

Os sinais do mundo do trabalho não podem ser as únicas fontes de alimentação das questões da formação. A resposta directa será sempre uma resposta fundamentalmente técnico-instrumental e o que é necessário é ser-se capaz de arquitectar respostas alternativas e de estabelecer prioridades, muito embora também se deva ser possuidor de grande eficiência e eficácia operativa.

Somos, pois, uma profissão com saber e com transmissão académica desse saber ao mais alto nível do sistema oficial de ensino. Porém, algo ainda nos falta para que possamos ser considerados como uma verdadeira profissão. E isso tem a ver com o nosso ainda fraco nível de associativismo. E não se trata aqui do número de associados, mas sim da estrutura interna que temos dado à nossa Associação. Embora exista alguma diversidade entre os autores que se têm dedicado ao estudo dos traços característicos das profissões, há habitualmente três critérios que, embora provenientes das abordagens funcionalistas das profissões, se poderão considerar consensualmente aceites pelos autores que, mais recentemente, defendem a complementaridade das abordagens das várias escolas sociológicas para o estudo das profissões, e que são os seguintes:

- a especialização do saber, que traz consigo uma determinação precisa e autónoma das regras da actividade;
- uma formação intelectual de nível superior, o que supõe a existência de escolas de formação devidamente reconhecidas;
- um ideal de serviço, que apela ao estabelecimento de um código deontológico e ao seu controlo pelos pares.

Relativamente ao primeiro critério e ao Serviço Social português, com 63 anos de formação académica, o perfil dos seus profissionais foi-se delineando e sedimentando ao longo dos anos e se bem que “a especialização do saber” nem sempre tenha sido matéria pacífica ao nível da academia, dado o carácter privado das suas instituições de formação, parece constituir hoje uma questão menos polémica, a partir do reconhecimento da capacidade que, desde 1991, é reconhecida às escolas de ensino superior de Serviço Social a atribuição do grau académico de licenciatura.

Quanto à “determinação precisa e autónoma das regras da actividade”, era já visível, por parte das entidades empregadoras, o reconhecimento da autonomia no controlo do processo e do conteúdo do trabalho no início dos anos 70 ao serem negociadas pela organização profissional então existente — o Sindicato dos Profissionais de Serviço Social — as condições do exercício da profissão e do uso exclusivo do título profissional de Assistente Social nas convenções colectivas de trabalho. Na linha do fortalecimento desta característica se encontra o diploma legal de 1991

que cria e regulamenta a carreira de técnico superior de serviço social.

O segundo traço característico das profissões, a “formação intelectual de nível superior”, e o reconhecimento das Escolas sempre o tivemos, embora o grau académico, como vimos, só tenha sido conseguido em 1991.

Quanto ao terceiro e último critério — “ideal de serviço e existência de um código deontológico com controlo pelos seus pares” — não pode ser considerado integralmente satisfeito, dada a ausência de cobertura legal que nos permita, sem quaisquer dúvidas, o controlo da actividade dos nossos pares. A nossa dinâmica associativa, visando esse desiderato, foi desenvolvida apenas depois do 25 de Abril de 1974 e desse movimento nasceu, em Janeiro de 1978, a Associação dos Profissionais de Serviço Social Embora a Associação seja membro da FIAS — Federação Internacional dos Assistentes Sociais, cujo código deontológico adoptou, em 1979, não sendo de inscrição obrigatória, não pode representar todos os Assistentes Sociais, nem controlar legalmente a actividade destes. Assim, o Serviço Social português, embora possua um grau muito avançado de profissionalização, parece não ter ainda atingido plenamente as condições para ser considerado completamente uma profissão, do ponto de vista de todos os critérios referidos.

É preciso, no entanto, notar e salientar que só parcialmente e no que concerne aos aspectos de ordem formal (a existência de um Código Deontológico e respectiva estrutura de salvaguarda do seu cumprimento) é que a APSS não pode cumprir o terceiro dos critérios de caracterização apontados para se considerar uma actividade como profissão. De facto a primeira parte do traço caracterizador, que remete para a existência de um ideal de serviço e, conseqüentemente, para a existência de uma matriz axiológica no Serviço Social, essa, de facto, poderemos afirmar que existe. Salvaguardados aspectos divergentes no que possa respeitar a ideologias pessoais e a metodologias de intervenção e, mesmo, de investigação, existe um substracto de património comum e uma ideologia profissional a partir dos quais nos entenderemos. É forçoso que nos entendamos. Prova disso é a enorme quantidade de Códigos Deontológicos que os nossos colegas de tantos países já construíram e pelos quais se regem. Igualmente a literatura produzida no seio do Serviço Social versando, directa ou indirectamente, os valores na acção do Serviço Social, disso nos convencem.

O debate sobre o Código Deontológico dos Assistentes Sociais portugueses está aberto e é urgente. Não será, porém, um debate pacífico. Nem deveremos pretender que ele seja aligeirado. Pelo contrário. Só daremos mostras da nossa maturidade profissional se soubermos e conseguirmos travar esse debate identificando, com a sabedoria da experiência, as questões essenciais e sobre elas construirmos os princípios orientadores.

Levantar-se-ão, assim é desejável, muitas vozes mas haverá, certamente, entre nós, alguns que não deixarão de preferir este estado de coisas. Deveremos, no entanto, saber ouvir-nos pois penso que todos ganharemos se, cada um de nós, avançar, o mais claramente possível, com as

suas próprias reflexões. Desde logo haverá aqueles para quem, falar de ética, falar de deontologia, será um sintoma de renúncia da capacidade humana em entrar na própria composição e desenvolvimento das chamadas verdade eternas. Haverá, também, quem receie (e autores como Alain Badiou o temem) que haja na nossa sociedade uma “ideologia ética” que se constitua o adversário principal de todos os que se esforçam por fazer valer um pensamento, qualquer que ele seja. Sou de opinião de que não há que ter medo, mas que se tornará necessário estar atento ao possível e perigoso fechamento do “pensamento ético”. Todos os códigos são, por natureza um tanto estáticos. Por isso mesmo, sejamos abertos mas saibamos, também, evitar o nihilismo paralisante. Seria muito bom que tivéssemos a sabedoria de trabalhar com um conceito de ética que, como diz Alain Badiou (1993:78), “subordine a norma ao progresso das verdades” ...